

HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo

v. 10, n. 1, 2016

INCLUSÃO OU INTEGRAÇÃO: desafios do psicólogo escolar frente às crianças com necessidades específicas.

Verônica Maria de Lima Barros¹
Professora Orientadora: Rosangela Nieto de Albuquerque²

Resumo

O objetivo da pesquisa perpassa por refletir acerca dos desafios do Psicólogo Escolar frente às crianças com necessidades específicas, com enfoque na inclusão ou integração dos alunos. Observa-se atualmente que não há uma real inclusão dessas crianças provocando assim uma segregação, fruto dos mecanismos inábeis do sistema educacional. A literatura enfatiza a indispensabilidade de uma verdadeira integração destas crianças visando possibilitar acessibilidade não apenas no âmbito físico-estrutural, mas que contemple também a acessibilidade Pedagógica. A metodologia da pesquisa será uma revisão literária pautada nos autores da área de conhecimento, e espera-se provocar uma discussão acerca do assunto. Percebe-se, que as escolas não estão preparadas para essa integração, assim, o desafio do Psicólogo Escolar é bastante significativa, à medida que se faz necessária à integração dessas crianças. A escola é formadora intelectual do indivíduo devendo oferecer oportunidade em nível de acessibilidade pedagógica a todas as crianças, conforme enfatizado na declaração de Salamanca, de 1994, e, também presente na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, de 1996, LDBN 9394/96. O capítulo V regulamenta a educação especial e no Art. 58 enfatiza que se entende por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Trazendo a garantia de que serão oferecidos serviços de apoio especializado em escola regular, a fim de atender as demandas específicas dessas crianças que buscam as instituições de ensino.

Palavras chave: Inclusão; integração; necessidades específicas; educação; Psicólogo Escolar.

Abstract

The objective of the research permeates reflect on the challenges of School Psychologist in the face of children with special needs, with a focus on inclusion or integration of students. It is now notes that there is no real inclusion of these children that the resultant segregation, the result of awkward mechanisms of the education system. The literature emphasizes the indispensability of a true integration of these children in order to enable accessibility not only in the physical-structural level, but also contemplates the Pedagogical accessibility. The research methodology will be a literature review guided the authors in the field of knowledge, and is expected to provoke a discussion on the subject. It is clear, that schools are not prepared for this integration, thus the School Psychologist of

¹ Graduanda de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA.

² Pós-Doutora em Educação (Ph.D.), Doutoranda em Psicologia Social, Mestre em Ciências da Linguagem, Psicopedagoga Clínica e Institucional, Analista em Gestão Educacional do Governo do Estado, Pedagoga, Professora Universitária dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, Presidente do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP).

the challenge is significant, as is necessary for the integration of these children. The school is the intellectual of the individual trainer should offer opportunity at the level of educational accessibility to all children, as emphasized in the Declaration of Salamanca, 1994, and also present on the Law of Directives and Basis of National Education, 1996 LDBN 9394 / 96. Chapter V regulates the special education and in Art. 58 emphasizes what is meant by special education for the purposes of this Act, the type of education offered preferentially in the regular school system for students with special needs. Bringing the assurance that specialized support services will be offered in regular schools in order to meet the specific demands of these children seeking educational institutions.

Keywords: Inclusion; integration; specific needs; education; School Psychologist.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo provocar uma reflexão acerca dos desafios do Psicólogo Escolar frente às crianças com necessidades específicas, com enfoque na inclusão ou integração dos alunos. Observa-se atualmente que não há uma real inclusão dessas crianças provocando assim uma segregação, fruto dos mecanismos inábeis do sistema educacional. A literatura enfatiza a indispensabilidade de uma verdadeira integração destas crianças visando possibilitar acessibilidade não apenas no âmbito físico-estrutural, mas que contemple também a acessibilidade Pedagógica.

Segundo Alencar (2011) inclusão é um termo moderno que veio substituir o termo integração antes inserir pessoas com deficiência na educação regular, esse movimento anterior preocupava-se em apenas receber crianças com necessidades específicas em salas de aulas especiais, porém esses alunos mesmo dentro das escolas estavam segregados já que não havia preocupação em tira-los da ilha de isolamento imposta a eles e verdadeiramente inclui-los com suas diferenças e limitações.

Mas o que quer dizer inclusão então? A inclusão acontece quando se respeita e quer que o desenvolvimento do indivíduo em todos os aspectos dentro do processo de aprendizagem aconteça. A criança portadora de necessidades especiais deve ter a possibilidade de conviver com os indivíduos ditos normais para que ajam trocas que ofereceram suporte para que tanto a aprendizagem quanto a interação social seja possível, (ALVES, 2012, p. 19-20).

Para Batista e Mantoan (2005) a educação inclusiva é aquela acolhe todas as pessoas com suas diferenças e limitações, sem exceção. Essa educação é pensada e planejada para quem tem limitações físicas, cognitivas, QI acima da média, para

todas as raças, credo, gênero e classe sociais, praticada em ambiente onde a sinergia será facilitada.

I. Percurso do processo de inclusão escolar

Durante o Brasil Império, as pessoas com deficiências mais acentuadas eram vistas como seres que deveriam ser segregadas em instituições públicas já que sua convivência social era improdutiva, devido as suas limitações, esse fator era significativo para o afastamento desses sujeitos por ser o país de economia agrícola, contudo nem todos foram institucionalizados, aqueles com graus de comprometimento leve conviviam com suas famílias em outra forma de isolamento, o familiar.

Conforme o Ministério da Educação (MEC), as pessoas com deficiência no Brasil começam seu caminho rumo à educação na época do Império II, pois durante esse período as primeiras instituições brasileiras voltadas para educação “especial” foram criadas. Data desse período o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

As mudanças geradas pelas necessidades de mão de obra para as frentes de trabalho torna a escolarização da população fator diretamente ligado execução de funções econômica, sendo assim socialmente falando pessoas com deficiência são indivíduo que, devido suas limitações, deveriam está fora do convívio com os “normais”, isso claro incluía estudar em locais separados, sendo aceitos na sociedade aqueles que estivessem mais próximos à normalidade. Por volta da década de 70, o Brasil começa seu processo no âmbito da educação inclusiva, só a partir daí que algumas escolas passam a receber alunos “especiais”, porém essas crianças deveriam estar em condições de se adaptar ao plano de ensino da instituição para serem matriculados. (ROMERO E SOUZA, 2008)

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926)³, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é

³ <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/50748/a-historia-da-educacao-inclusiva-no-brasil#ixzz3tgZ1iqkq>

fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotados na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (Ministério da Educação). A partir desses fatos e durante todo século, principalmente nas últimas décadas movimentos e discussões sobre a necessidade de construção de escolas com práticas pedagógicas para atender as especificidades desses indivíduos de forma igualitária. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013)

Este paradigma de isolamento e segregação dá início ao processo de mudança com a legalização dos direitos a dos portadores de deficiência física e intelectual no âmbito nacional em 1988 pela Constituição Federal do Brasil, que estabelece que em seu artigo 205 e 206, que a educação é direito de todos, assegurando o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, estabelecendo a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. No cenário internacional o documento regulador da inclusão surge em 1990, com a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos da UNESCO, seguida pela Declaração de Salamanca, em 1994. É então com base nesses documentos que no Brasil entra em vigor a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em 1996.

[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). Em seu trecho mais controverso (art. 58 e seguintes), diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LEI Nº 9.394/96)

Nos anos subsequentes outras regulamentações surgiram no cenário nacional e internacional em prol da garantia do direito a escolarização dos sujeitos com necessidades específica, políticas públicas e qualificação de profissionais foram propostas e algumas postas em prática. Porém entre o que era regulamentado e o que é feito, tem-se um longo caminho. As formas de segregar permanecem a mudança se dá apenas no ambiente em que crianças são ilhadas, antes em escolas com educação especial, em salas de aula de classes regulares, conforme publicado pelos defensores da Inclusão Já (2011).

II. O Ambiente Escolar

Então, afinal o que é inclusão? Qual o papel da escola nesse processo? A proposta trazida pela inclusão é ampla e perpassa das políticas públicas ao lazer, confere as pessoas com necessidades específicas acessibilidade físico/estrutural e pedagógica no mesmo patamar dos cidadãos que não possuam limitações tidas como deficiências. (ALVES, 2012 p. 19).

Diniz (2012, p.34) afirma que se tratando do papel da escola, a inclusão vive um processo de mudanças e reestruturação que objetiva a seguridade de que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais presentes no ambiente escolar. Essas mudanças incluem o currículo corrente que precisa ser pensada com dinamicidade objetivando o aluno em sua cultura e ritmo de aprendizagem, a avaliação precisa ser revista considerando todo o processo de aprendizagem percorrido, os registros e relatórios de aquisição acadêmicas dos alunos, as tomadas de que possam facilitar as intervenções pedagógicas possíveis. Ainda segundo a autora o movimento para a mudança no âmbito escolar, fomenta-se na funcionalidade e no dever de promover com segurança e clareza condições de inclusão real desses alunos, para isso são necessários investimentos na materialidade das escolas, na formação dos docentes e na valorização dessa atividade.

[...] se não houver uma abertura para o trabalho com a diferença , em toda sua ousadia, se a diferença presente no outro for uma pré-condição para que ele não seja reconhecido como outro, se os referenciais escolares continuarem os mesmos, não há caminho para a inclusão, ela torna-se uma proposta vazia e sem direção. (DINIZ, 2012, p. 34).

Dessa forma a educação inclusiva deve ser pensada com amplitude afim de que seja capaz de alcançar todos os grupos anteriormente excluídos do sistema educacional ao logo da história da educação. O envolvimento dos profissionais e equipes multidisciplinares contribui para o fortalecimento das políticas públicas, tendo em vista que sua atuação está diretamente ligada com a conscientização dos processos que possibilitam a tomada de consciência dos processos de exclusão dentro e fora do ambiente escolar. (DINIZ, 2012 p.49)

Batista (2006, p. 7) aponta sobre a responsabilidade da escola na transição da vida particular para a social, sendo assim as instituições de ensino são reguladoras e formativas para seus alunos. A partir dela será produzido conhecimento revestido de valores de natureza ética, estética e também políticos que fomentaram a formação do indivíduo social.

Para Alves (2012, p.57) as práticas educacionais usadas com as pessoas com necessidades especiais, que os educadores envolvidos no processo de ensino dessas crianças devem ter a filosofia da responsabilidade a fim de avaliar a extensão do interesse quanto ao aluno como necessidades específicas e o mesmo para com a educação, bem como ter uma clara definição sobre a democracia quanto a oportunizar a igualdade de oportunidades de aprendizagem independente de qualquer razão. “A esperança da educação especial é de que cada indivíduo participará livremente dos aspectos sociais, religiosos, estéticos e científicos de sua cultura até os limites de sua capacidade”. (ALVES, 2012, p.57).

Ser educador inclusivo é ter clareza na preocupação do percurso trilha do para conseguir alcançar o objetivo na construção do conhecimento com sensibilidades buscar preparar os alunos para uma sociedade mais justas e democrática. Para que isso aconteça o educador precisa obter uma formação que o ofereça subsídios para a execução do trabalho em frente aos alunos com ou sem necessidades específicas. (ALVES, 2012, p.69-70)

III. Os desafios do Psicólogo Escolar/Educacional frente à criança com necessidades Específicas

Historicamente a Psicologia escolar inicia no século XIX, com o aumento da educação pública em cidades americanas e europeias, com isso a intercorrências de demandas relacionadas abandono, negligência e delinquências de menores, esses fatores originou a necessidade de que um profissional capaz de atuar e solucionar tais problemas. Porém, diferente da atuação atual, o trabalho desenvolvido era com ênfase clínica, sendo assim a Psicologia conquistou seu lugar nas escolas e foi sofrendo modificações na medida em que os estudos foram sendo desenvolvidos

para aprendizagem e compreensão dos fenômenos envolvidos. (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010)

Para compreender os desafios do Psicólogo atuando no ambiente escolar em primeiro lugar é preciso entender quais suas atribuições nessa intervenção. Esse profissional colabora para a compreensão e para mudança do comportamento de aprendentes e aprendizes, também cabe a ele acompanhamento no processo de ensino aprendizagem, as relações interpessoais e intrapessoais, realização de pesquisa e diagnósticos, fazer intervenções psicopedagogias individuais ou em grupos com alunos, professores e família, está ativamente participativo na elaboração dos planos e políticas relacionados ao sistema educacional da instituição de ensino. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p. 53)

A Psicologia Escolar e Educacional, almejamos um projeto educacional que vise coletivizar práticas de formação e de qualidade para todos; que lute pela valorização do trabalho do professor e constitua relações escolares democráticas, que enfrente os processos de medicalização, patologização e judicialização da vida de educadores e estudantes; que lute por políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de todos e todas, trabalhando na direção da superação dos processos de exclusão e estigmatização social.(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p.31).

O Conselho Federal de Psicologia (2013, p.42), menciona em documento regulador da atuação de Psicólogo Escolar, que o esforço do profissional fundamenta-se na sustentação de um campo de questionamentos que provoque nos educadores o deslocamento de seus lugares marcados na dicotomia do ensinar X aprender, na impotência diante das adversidades cotidianas, na desesperança em transformar o cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na educação inclusiva um dos maiores desafios é o deslocamento da visão clínica presente no início da atuação psicologia em escolas. Estas atividades permearam o fazer dos profissionais durante longo tempo, fundamentando os preconceitos que envolvem a relação professor-aluno, que certamente foram responsáveis pelas práticas excludentes de alunos com deficiências. Dessa forma cabe ao Psicólogo o desenvolvimento de trabalhos voltados à inter-relação de

professores, estudantes, familiares, equipes técnicas, gestores e funcionários, em prol de abolir o estigma de incapacidade de aprendizagem desses alunos, trazer a discussão reflexões coletivas para a transposição de barreiras atitudinais e arquitetônicas existente no ambiente escolar buscando criar alternativas capazes de produzir o enfrentamento das mesmas.

É de grande relevância a função dos pais e educadores no processo de crescimento e desenvolvimento da criança e, certamente uma construção da identidade pessoal e grupal da criança com necessidades específicas que a possibilite entender-se como indivíduo humano, em diferenças e similaridades com os outros, dotada de direitos e deveres, como sujeito pertencente a uma família, a uma escola e a uma sociedade, de modo autêntico. Integrando a este processo de construção toda a sociedade, da qual a criança faz parte, seus pais, cuidadores, responsáveis e familiares, bem como a escola e a comunidade escolar, portanto este é o grande desafio do psicólogo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Lidiane Freitas de. **A Atuação do Psicólogo Escolar/Educacional na Inclusão de Pessoas com Deficiências nas Salas Regulares de ensino.**

Publicado na Edição de: Dezembro de 2011. Disponível em:

<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/a-atuacao-do-psicologo-escolar-educacional-na-inclusao-de-pessoas-com-deficiencias-nas-salas-regulares-de-ensino>. Acessado em: 07/12/2015.

ALVES, Fátima. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.** 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

BARBOSA, Rejane Maria; MARINHO-ARAÚJO, Clasy Maria. **Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas.** 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n3/11.pdf>. Acessado em 12/12/2015.

BÁSICA / CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. - Brasília: CFP, 2013.

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Egler **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental.** 2. ed. Brasília : MEC, SEESP, 2006. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>. Acessado em: 08/12/2015

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Refer%C3%A2nciasT%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-de-Psicologas-os-na-educa%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica.pdf>. Acessado em: 13/12/2015

DINIZ, Margareth. **Inclusão de Pessoas Com Deficiência E/Ou Necessidades Específicas: avanços e desafios**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Identidade do Eu, consciência moral e estágios do desenvolvimento: perspectivas para a educação**. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752004000200005. Acessado em: 13/12/2015

INCLUSÃO JÁ ! **Contexto Histórico da Construção da Educação Inclusiva no Brasil**. 2011. Disponível em: <http://inclusaoja.com.br/2011/06/03/2-contexto-historico-da-construcao-da-educacao-inclusiva-no-brasil/> . Acessado em: 08/12/2015

PORTAL DA EDUCAÇÃO. A História da Educação Inclusiva no Brasil. 2013, Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/50748/a-historia-da-educacao-inclusiva-no-brasil#ixzz3uOiMJKnB>. Acessado em: 10/12/2015

ROMERO, Rosana Aparecida Silva ;SOUZA, Sirleine Brandão de. **Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual**. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf. Acessado em: 09/12/2015

SOUTO, Maricélia Tomáz de, et. al. **Educação Inclusiva no Brasil Contexto Histórico e Contemporaneidade**. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_02_11_2014_11_59_38_idinscrito_2760_f994a51772b4083feab5493db26f4461.pdf. Acessado em: 07/12/2015

VILLELA, Tereza Cristina Rodrigues; LOPES, Sílvia Carla; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello **Os desafios da inclusão escolar no Século XXI..** Postado em: 15/03/2013. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/desafios>. . Acessado em:10/12/2015